



# **Comentários à LEI DA FICHA LIMPA**

**DJALMA PINTO  
ELKE BRAID PETERSEN**

**SÃO PAULO  
EDITORIA ATLAS S.A. – 2014**

© 2013 by Editora Atlas S.A.

Capa: Rafael Pinto Balthazar da Silveira  
Projeto gráfico e composição: CriFer – Serviços em Textos



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pinto, Djalma  
Comentários à Lei da Ficha Limpa / Djalma Pinto, Elke Braid  
Petersen. – – São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8390-7

ISBN 978-85-224-8391-4 (PDF)

1. Administração pública e moralidade 2. Corrupção  
administrativa – Brasil 3. Direito eleitoral – Brasil 4. Eleições – Leis  
e legislação – Brasil 5. Inelegibilidade (Direito eleitoral) 6. Justiça  
eleitoral – Brasil I. Petersen, Elke Braid. II. Título.

13-13217

CDU-342.815(81)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Lei da Ficha Limpa : Direito eleitoral 342.815(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução  
total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Bib=991752



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br



# Sumário

*Apresentação, ix*

- 1 Histórico da Lei da Ficha Limpa, 1**
  - 1.1 A origem da Lei Complementar nº 135/2010, 1
  - 1.2 A Lei Complementar nº 135 e o pleito de 2010, 3
  - 1.3 O STF e a Lei da Ficha Limpa, 5
- 2 O Novo Tratamento das Inelegibilidades, 9**
  - 2.1 A essência da inelegibilidade, 9
  - 2.2 Inelegibilidade x violência, 10
  - 2.3 Aplicação da Lei Complementar nº 135/2010 no Tempo e o Postulado da Segurança Jurídica, 11
  - 2.4 Postulado da proporcionalidade: o caminho da solução, 20
  - 2.5 O princípio da presunção de inocência, 23
    - 2.5.1 Restabelecimento da elegibilidade de condenados por órgão judicial colegiado, 25
- 3 As Hipóteses de Inelegibilidade após a Lei da Ficha Limpa, 26**
  - 3.1 Considerações iniciais, 26
  - 3.2 Inelegibilidade pela prática de determinados crimes, 27
    - 3.2.1 Crime de divulgação de pesquisas fraudulentas, 30
      - 3.2.1.1 Pesquisa e opinião pública, 37
      - 3.2.1.2 A posição do STF sobre as pesquisas eleitorais, 39
    - 3.2.2 Crimes contra a vida, 42
    - 3.2.3 Crimes que não geram inelegibilidade, 47
  - 3.3 Inelegibilidade decorrente da perda de cargo eletivo, 51
    - 3.3.1 Inelegibilidade de diretores de empresas contratadas pela Administração, 60
  - 3.4 A inelegibilidade por abuso de poder econômico ou político, 63
    - 3.4.1 A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo no combate ao abuso de poder, 70
    - 3.4.2 Potencialidade e gravidade para a configuração do abuso de poder, 77
  - 3.5 Inelegibilidade por declaração de indignidade, 80
  - 3.6 Inelegibilidade pela rejeição de contas de governo e gestão, 82
    - 3.6.1 Os tribunais de contas e a inelegibilidade, 92

- 3.6.1.1 Recursos de revisão e de reconsideração, 96
    - 3.6.1.2 As decisões definitivas das cortes de contas, 106
  - 3.7 Inelegibilidade por abuso do exercício de função pública, 109
    - 3.7.1 Utilização da máquina pública nas eleições, 109
  - 3.8 Inelegibilidade por liquidação de instituição financeira, 111
  - 3.9 Inelegibilidade decorrente de condenações por ilícitos eleitorais, 112
    - 3.9.1 Considerações gerais, 113
    - 3.9.2 Corrupção eleitoral, 117
      - 3.9.2.1 Compra de voto e corrupção no exercício do mandato, 121
    - 3.9.3 Captação ilícita de sufrágio, 124
      - 3.9.3.1 Doação de combustível para carreata e captação ilícita de sufrágio, 131
    - 3.9.4 Doação, captação e gastos ilícitos de recursos de campanha, 133
      - 3.9.4.1 A investigação judicial pelo art. 30-A, 134
    - 3.9.5 As condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, 136
  - 3.10 Inelegibilidade decorrente de renúncia a mandato eletivo, 142
    - 3.10.1 Renúncia e o novo regramento da Lei da Ficha Limpa: sua constitucionalidade, 143
    - 3.10.2 Renúncia para fugir da cassação política e prazo de inelegibilidade, 144
  - 3.11 Inelegibilidade decorrente de condenação à suspensão dos direitos políticos por ato doloso de improbidade administrativa, 145
    - 3.11.1 (Im)Prescindibilidade de condenação à suspensão dos direitos políticos para a declaração de inelegibilidade, 148
    - 3.11.2 Cumulação dos requisitos do enriquecimento ilícito e do dano ao Erário: necessidade?, 150
    - 3.11.3 Contagem de prazo de inelegibilidade e suspensão dos efeitos do acórdão condenatório, 152
  - 3.12 Inelegibilidade decorrente da exclusão do exercício de profissão liberal, 154
    - 3.12.1 Contagem do prazo de inelegibilidade por infração ético-profissional, 156
  - 3.13 Inelegibilidade por demissão do serviço público, 157
  - 3.14 Inelegibilidade de magistrado e de membro do Ministério Público, 160
  - 3.15 Inelegibilidade por excesso de doação para campanha eleitoral, 162
    - 3.15.1 Novo regramento das doações eleitorais pela Lei Complementar nº 135/2010, 165
    - 3.15.2 Desnecessidade da presença de dolo para caracterização da inelegibilidade da alínea *p*, 168
    - 3.15.3 Procedimento de apuração do excesso de doação, 170
  - 3.16 Inelegibilidade por simulação de desfazimento de vínculo conjugal ou da união estável, 171
- 4 Outras Inovações da Lei da Ficha Limpa, 174
  - 4.1 Cancelamento do registro ou nulidade do diploma sem coisa julgada, 174
    - 4.1.1 Novo paradigma para o exercício do mandato, 174
    - 4.1.2 Candidato *sub judice*, 176
    - 4.1.3 Substituição de candidato próximo ao pleito, 179
  - 4.2 Possibilidade de suspensão da inelegibilidade fundada em hipótese do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/1990, 181
    - 4.2.1 Mudanças na AIJE (art. 22, Lei Complementar nº 64/1990), 186
- 5 Fortalecimento da Democracia por meio da Consolidação da Cidadania, 188
  - 5.1 A Ética: ponto de partida para uma verdadeira cidadania, 188
    - 5.1.1 Novas iniciativas inspiradas na ética da Lei da Ficha Limpa, 192
  - 5.2 Repensando a democracia no Brasil: a educação como meio para a reconstrução da cidadania, 195